

## Síntese do informe:

Organização Mundial da Saúde e UNICEF publica relatório sobre Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: retrocessos.

CELAC, ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF - Casamentos e Uniões Infantis, Precoces e Forçados: práticas nocivas que aprofundam a desigualdade de gênero na América Latina e Caribe.

UNICEF – Estratégia PARA e COM Meninas Adolescentes: reconstruir com igualdade.

ONU e ONU Mulheres - Conselho de Segurança analisa papel das Mulheres em acordos de paz.

## Mulheres, Crianças e Adolescentes: novos números e antigos problemas, propostas para reconstrução e maior participação

Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes  
Karinne Marieta Carvalho

### Organização Mundial da Saúde e UNICEF - Relatório sobre Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: retrocessos

O novo relatório da Organização Mundial da Saúde e UNICEF aponta que a saúde tem sofrido globalmente à medida que os impactos de conflitos, da pandemia de Covid-19 e das mudanças climáticas convergem com efeitos devastadores na vida de crianças, adolescentes, jovens e mulheres.

Os dados apresentados no relatório mostram uma regressão crítica em praticamente todas as principais medidas de bem-estar infantil e em muitos indicadores-chave dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desde o último Relatório publicado em 2020, a insegurança alimentar, a fome, o casamento infantil, os riscos de violência por parceiro íntimo e a depressão e ansiedade na adolescência aumentaram.



Estima-se que 25 milhões de crianças não foram vacinadas ou não tomaram todas as vacinas devidas em 2021 – 6 milhões a mais do que em 2019 –, aumentando o risco de contrair doenças mortais e debilitantes. Milhões de crianças perderam a escola durante a pandemia, muitas por mais de um ano, enquanto aproximadamente 80% das crianças em 104 países e territórios sofreram perda de aprendizado devido ao fechamento das escolas. Desde o início da pandemia global, 10,5 milhões de crianças perderam um dos pais ou responsáveis para a Covid-19.

O relatório fornece evidências abrangentes de que crianças e adolescentes enfrentam chances extremamente divergentes de levar uma vida saudável simplesmente com base em onde nasceram, sua exposição a conflitos e as circunstâncias econômicas de suas famílias. Por exemplo: uma criança nascida em um país de baixa renda tem uma expectativa média de vida

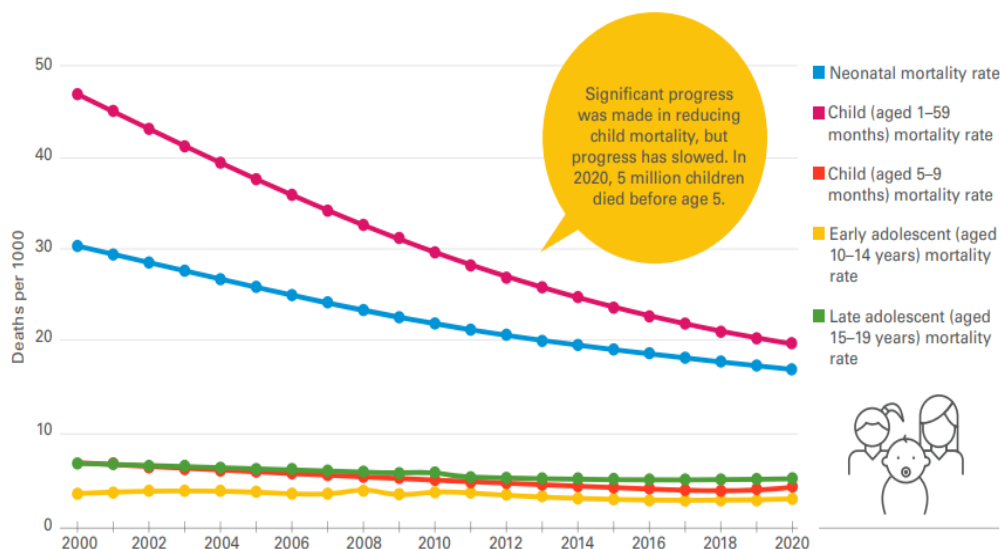
ao nascer de cerca de 63 anos, em comparação com uma expectativa de 80 anos em um país de alta renda. Essa devastadora lacuna de sobrevivência de 17 anos mudou pouco nos últimos anos. Em 2020, 5 milhões de crianças morreram antes mesmo dos 5 anos, principalmente por causas evitáveis ou tratáveis. Enquanto isso, a maioria das mortes maternas, infantis e de adolescentes e dos natimortos está concentrada em apenas duas regiões – África ao sul do Saara e Ásia Meridional.

Mais de 45 milhões de crianças sofreram de desnutrição aguda em 2020, uma condição com risco de vida que as deixa vulneráveis à morte, a atrasos no desenvolvimento e a doenças. Quase três quartos dessas crianças vivem em países de renda média-baixa. Assombrosos 149 milhões de crianças tiveram o atraso no crescimento em 2020. A África é a única região onde o número de crianças afetadas pelo atraso no crescimento aumentou nos últimos 20 anos, de 54,4 milhões em 2000 para 61,4 milhões em 2020.

O relatório está organizado em três seções:

- Seção 1 - apresenta evidências abundantes que mostram que as desigualdades persistem apesar do grande progresso na redução da mortalidade materna e infantil nas duas décadas que antecederam a pandemia. A trajetória de vida de uma criança e os direitos à saúde, educação, oportunidades e segurança ainda são amplamente determinados pelo local de nascimento da criança. Os dados que mostram estagnação ou queda na cobertura de intervenções que salvam vidas também servem como um lembrete da necessidade de ser mais vigilante para preencher lacunas e colocar mulheres, crianças e adolescentes no centro dos esforços de desenvolvimento.

### Taxas globais de mortalidade neonatal, infantil e adolescente (2000–2020)



Também apresenta os principais impulsionadores da saúde e bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes. Ele enfatiza que o empoderamento das mulheres e a participação dos adolescentes são fundamentais para alcançar a Agenda 2030, mas observa que há um longo caminho a percorrer para reduzir a desigualdade de gênero e aumentar as oportunidades significativas dos jovens de se envolver ativamente na comunidade e na vida cívica. Também é

ênfatizada a importância de abordar os fatores complexos que sustentam os níveis inaceitáveis de desnutrição de hoje e desenvolver estratégias eficazes para alcançar mulheres, crianças e adolescentes afetados por conflitos, migração forçada, pobreza e impactos das mudanças climáticas.

- Seção 2 - faz um balanço dos efeitos diretos e indiretos da Covid-19 em mulheres, crianças e adolescentes. Embora crianças e adolescentes sejam menos propensos a sofrer consequências graves para a saúde da infecção por SARS-COV-2 em comparação com adultos, vários anos de educação, saúde, nutrição e interrupções nos serviços sociais impactaram e continuarão impactando suas vidas.

Mesmo que grande parte do mundo tenha começado a se concentrar em outras ameaças, é essencial refletir sobre as lições aprendidas com a pandemia e suas implicações para a saúde e o bem-estar desta e das próximas gerações. Os desafios à frente são assustadores e há muito terreno a recuperar. No entanto, é possível superar muitos desses desafios se todas as partes interessadas envolvidas na execução da Agenda 2030 reconhecerem a urgência e desempenharem seu papel na aceleração do progresso.

Seção 3 - O caminho a seguir: fazer o progresso necessário ao longo dos oito anos restantes da Agenda 2030. Algumas recomendações propostas para acelerar o progresso para beneficiar todas as mulheres, crianças e adolescentes incluem:

- Fortalecer os sistemas de atenção primária à saúde para oferecer intervenções a todas as mulheres, crianças e adolescentes;
- Melhorar a colaboração multissetorial para que os serviços sejam mais bem integrados;
- Melhorar o empoderamento das mulheres e reforçar as oportunidades de liderança de mulheres e adolescentes;
- Avançar e alavancar parcerias público-privadas para melhorar o financiamento e os serviços para mulheres, crianças e adolescentes;
- Garantir o aumento dos investimentos financeiros dos governos e seus parceiros na saúde da mulher, da criança e do adolescente;
- Garantir o abastecimento de alimentos e priorizar a assistência humanitária, ao mesmo tempo em que constrói sistemas alimentares mais resilientes.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#). Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#), e para acessar os infográficos, [clique aqui](#).

### **CELAC, ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF - Casamentos e Uniões Infantis, Precoces e Forçados: práticas nocivas que aprofundam a desigualdade de gênero na América Latina e Caribe**

O relatório busca chamar a atenção para essa prática nociva, particularmente como detonadora e agravante das desigualdades de gênero para meninas e adolescentes. Baseia-se em informações estatísticas e qualitativas para oferecer uma contribuição ao apresentar lacunas

em diferentes dimensões do desenvolvimento, incluindo o tempo que as meninas e adolescentes casadas ou em união estável gastam em tarefas domésticas e de cuidado, e recomenda ações para enfrentar essa situação a nível regional e nos países.

Os casamentos e uniões infantis, precoces e forçados são uma realidade na América Latina e no Caribe, embora não muito visível. Este é um fenômeno complexo associado a desigualdades de gênero, violência, pobreza, evasão escolar, gravidez na adolescência e marcos jurídicos e políticos inadequados, limitados ou inexistentes, e coloca em risco o presente e o futuro de meninas e adolescentes. Essas práticas são tanto a causa quanto a consequência da limitada autonomia física, econômica e de tomada de decisão das mulheres, e afetam desproporcionalmente meninas e adolescentes em áreas rurais e em famílias pobres com menos acesso à educação. Em alguns países, eles também estão associados a uma prevalência notavelmente maior entre os povos indígenas.

### **Proporção de mulheres de 20 a 24 anos casadas ou em uma união antes dos 18 anos, último ano disponível**



Desigualdades de gênero começam na infância e se perpetuam por toda a vida adulta

**A. Desigualdades na construção de papéis na infância e adolescência** - Desde cedo, a construção sociocultural do gênero determina as habilidades e aptidões de meninas e meninos, estabelecendo uma divisão sexual injusta do trabalho que mais tarde se reflete no curso da vida adulta.

Tarefas relacionadas à reprodução são ensinadas às meninas como “naturais” para seu gênero e elas são persuadidas a realizá-las “por amor” sem esperar qualquer recompensa econômica. Na adolescência, as meninas já aprenderam padrões de comportamento associados ao que é considerado feminino e das brincadeiras infantis para as principais tarefas e responsabilidades que serão exigidas delas na vida adulta. Esse sistema dual também prepara — e exige — que crianças e adolescentes do sexo masculino sejam responsáveis por prover e manter economicamente a família, estabelecendo assim relações de poder desiguais entre homens e mulheres desde tenra idade.

Normas de gênero desiguais estão enraizadas desde a primeira infância, e o casamento, a maternidade e o cuidado de outras pessoas é visto como uma meta de vida para meninas e adolescentes da região. Um estudo realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em oito países apontou, por exemplo, que a maternidade é altamente valorizada pelas meninas na República Dominicana — mais do que a escola. As adolescentes dominicanas raramente declaram autonomia emocional ou econômica como aspiração, e nem sequer identificam que ser uma boa mulher está relacionado com inteligência ou independência. Para elas, ser uma boa mãe significa que uma menina deve esquecer suas próprias necessidades e aspirações; o valor de uma mulher é para cuidar dos filhos. Em El Salvador, as meninas devem assumir trabalhos domésticos que competem diretamente com a escolarização: cuidar, cozinhar, limpar e afazeres domésticos. A educação para meninas às vezes é vista como um desperdício de tempo, pois seu papel é cuidar de seus irmãos mais novos. Na Guatemala, mesmo quando as meninas vão à escola, o casamento infantil, precoce e forçado é uma realidade onde o projeto de vida consiste em atividades domésticas não remuneradas e cuidar de maridos e filhos, ao invés de um plano de vida para si que inclui trabalho gerador de renda. Na Bolívia, meninas disseram que seu papel é “pensar nos filhos, cuidar da casa e obedecer [aos maridos]” e todos veem o cuidado de crianças como responsabilidade exclusiva das mulheres.

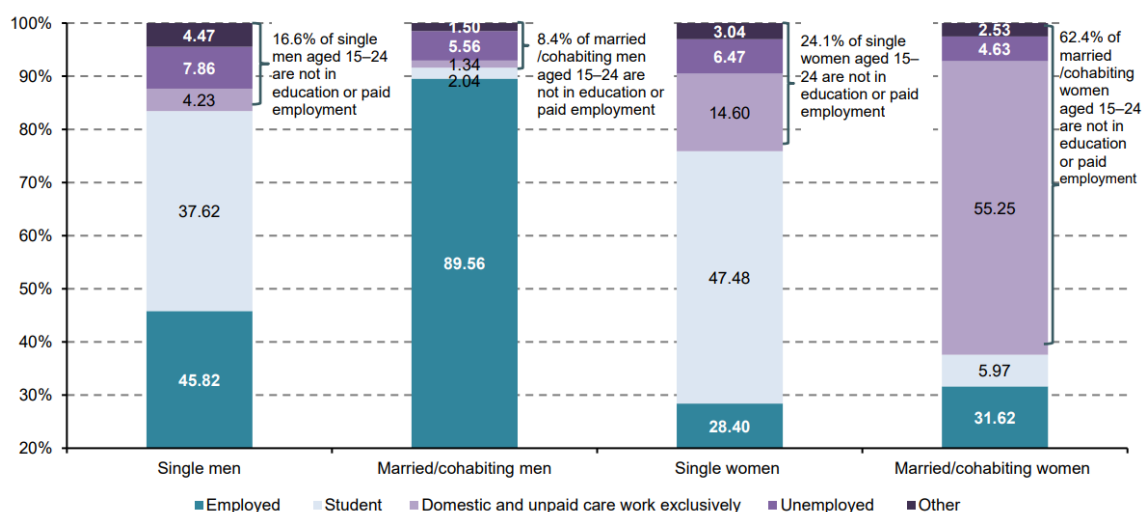
**B. Desigualdades no trabalho e no uso do tempo** - O uso do tempo tem implicações para o desenvolvimento de meninas e adolescentes, pois permite ou impede a participação nas diversas esferas sociais. As atividades com as quais meninas e adolescentes preenchem seus dias podem ajudá-las a adquirir diferentes habilidades — físicas, sociais, cognitivas e emocionais— e contribuir para o seu desenvolvimento integral e exercício da autonomia. Por outro lado, as horas que as meninas investem em cuidar dos outros e nas atividades domésticas prejudica seu desenvolvimento pessoal e compromete seu potencial profissional.

Há também um corpo crescente de literatura atestando a relação entre o uso do tempo na infância e adolescência e a saúde, nutrição, estilo de vida sedentário, desenvolvimento cognitivo, desempenho educacional e bem-estar geral. Assim, o uso correto de tempo contribui diretamente para o bem-estar presente e futuro de meninas e adolescentes.

Estudos sobre o uso do tempo na infância e adolescência são raros e apresentam desafios quando se identifica as múltiplas desigualdades de um grupo tão heterogêneo como crianças e adolescentes da América Latina. Embora as pesquisas de uso do tempo tenham se tornado muito mais comuns em pesquisa e formulação de políticas sobre trabalho não remunerado e de cuidado nos últimos anos, elas deixaram crianças e adolescentes atrás. A falta de dados e lacunas nas evidências continuam a esconder um problema que permanece relegado à esfera privada. A isso deve-se acrescentar que as crianças e os adolescentes não formam um grupo homogêneo que pode ser identificado apenas por gerações. Torná-los totalmente visíveis exigiria o reconhecimento de que meninas são posicionadas em múltiplas interseções de desigualdades e discriminação - como por sexo, idade, estado civil ou parceiro, território (urbano ou rural), nível socioeconômico, etnia ou raça origem, situação migratória, de saúde ou de deficiência, entre outros fatores. Estudos sobre o uso do tempo na infância e adolescência mostram que as desigualdades de gênero já são estabelecidas nessas fases da vida, especialmente em relação à divisão sexual.

As tendências na região indicam que o casamento precoce e a coabitação (entre as idades de 15 e 24) têm consequências para a trajetória educacional e inserção no mercado de trabalho das adolescentes e mulheres jovens, numa fase chave da sua transição para a vida adulta. De fato, a maioria das adolescentes e mulheres jovens (55,2%) que se casaram ou estão em uma união estável, dedicam-se exclusivamente ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Esse percentual sobe para 62,4% naquelas que não estão estudando ou trabalhando. Por outro lado, a maioria das adolescentes solteiras e mulheres jovens dedicadas à escola (47,5%) em comparação com apenas 5,9% das mulheres casadas/coabitantes. O trabalho doméstico não remunerado limita a formação desse mesmo capital e as empurra para a dependência econômica e para condições de trabalho precárias.

### Desagregação do status de atividade da população de 15 a 24 anos, por estado civil e sexo, na América Latina e Caribe (17 países, por volta de 2020)



**C. Pobreza e educação limitada** - É comum que meninas e adolescentes se casem ou entrem em coabitação como estratégia de fuga da pobreza, mas este passo restringe suas oportunidades de autonomia econômica como resultado de limitações na escolaridade, controle por seus parceiros ou o desempenho do trabalho doméstico ou de cuidado.

De acordo com o estudo realizado em oito países da região, a escolaridade das meninas é menos valorizada que a escolaridade dos meninos. Além disso, a gravidez precoce leva meninas e adolescentes a abandonar a escola, limitando suas oportunidades de treinamento e capacitação.

**D. Violência de gênero contra meninas e adolescentes** - Meninas e adolescentes têm maiores riscos de violência sexual, física e psicológica e o tempo gasto no trabalho de cuidado fomenta a violência econômica, o controle do acesso das mulheres aos recursos econômicos, diminuindo sua capacidade de se sustentar.

A violência de gênero contra meninas e adolescentes é multidimensional e elas muitas vezes experimentam vários tipos de violência simultaneamente. Um estudo regional da UNICEF

encontrou que entre 2015 e 2021 a prevalência de violência física infligida por parceiro íntimo variou entre 13% e 18% para adolescentes de 15 a 19 anos.

É importante lembrar que a violência sexual contra crianças é a forma sobre a qual menos informação se encontra disponível. Estudos também mostram que a violência obstétrica é prevalente na região, inclusive contra adolescentes, que vivenciam abuso, desrespeito e negligência durante o parto. A diferença de idade entre os parceiros e a dinâmica de poder que a situação gera, aumentam a possibilidade de sofrer violência.

**E. Gravidez na adolescência e trabalho de cuidado** - O casamento ou união antes dos 18 anos aumenta a probabilidade de se tornar mãe muito jovem, ao mesmo tempo em que engravidar antes dos 18 anos aumenta as possibilidades de união ou casamento.

Para milhares de meninas e adolescentes, a gravidez na adolescência significa dedicar-se principalmente ao trabalho de cuidado, colocando em risco sua educação, rendimentos e oportunidades de desenvolvimento. A gravidez indesejada na adolescência reflete grandes desigualdades e maiores barreiras de acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva por adolescentes dos quintis mais pobres.

O documento também propõe recomendações sobre casamentos e uniões infantis, precoces e forçados:

- Promover o compromisso político, desenvolvendo uma política regional comum baseada na perspectiva dos direitos, nos marcos legais e políticas públicas, com uma terminologia compartilhada e conceitualização e uma abordagem transformadora de gênero;
- Chamar a atenção para o tema como uma violação dos direitos humanos de meninas e adolescentes, em todas as discussões globais, e destacar a prevalência e características regionais do casamento infantil, precoce e forçado. Usar as lições aprendidas globalmente para colocar o tema firmemente na agenda regional de gênero;
- Assegurar a prestação de contas pelos compromissos assumidos nesta área, incluindo a prestação de contas aos mecanismos regionais e globais de acompanhamento dos direitos humanos;
- Continuar avançando com a mudança dos marcos legais para que eles não apenas assegurem uma idade mínima para o casamento, mas também abordem os direitos relacionados com a prevenção e eliminação do casamento infantil forçado, respeitando a autonomia progressiva de meninas e adolescentes;
- Garantir o acesso gratuito, universal, sensível ao gênero, culturalmente adequado, sem discriminação de qualquer tipo, a meninas e adolescentes;
- Quebrar o silêncio estatístico envolvendo institutos nacionais e academia na abordagem às lacunas nos dados e evidências que tornam o casamento infantil forçado invisível e fenômenos —como trabalho doméstico não remunerado ou violência sexual contra meninas e adolescentes;
- Garantir a participação significativa e contínua de meninas e adolescentes, incluindo suas ideias, conhecimentos, experiências e perspectivas em programas, políticas na tomada de decisões.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

## **UNICEF - Estratégia PARA e COM Meninas Adolescentes: reconstruir com igualdade**

Meninas adolescentes em todo o mundo estão manifestando e liderando mudanças em direção a um mundo com mais igualdade de gênero. Mas enquanto as meninas estão prontas para ajudar a moldar nosso futuro coletivo, uma infinidade de crises e barreiras simultâneas e interligadas estão em seu caminho. À medida que a comunidade global procura “reconstruir a igualdade”, existe uma oportunidade única de superar esses desafios e dar às meninas adolescentes a liberdade e o poder de que precisam para liderar e prosperar.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que, para alcançar o sucesso, a igualdade de gênero deve ser integrada em todas as operações e programas para que mudanças ousadas e transformadoras se tornem reais. Ao mesmo tempo, os planos devem se comprometer a realizar ações revolucionárias que colocam os direitos, o bem-estar e a liderança de meninas adolescentes no centro. São ações específicas e direcionadas para que ocorra a promoção da saúde, nutrição, aprendizagem e habilidades de meninas adolescentes, bem como proteção contra violência, exploração, abuso e práticas nocivas.

A [Estratégia do Programa de Meninas Adolescentes](#) tem o objetivo de apoiar meninas para que seja possível atingir seu pleno potencial, articulando um plano de programação acelerada - com e para meninas - para promover mais ações multissetoriais, específicas do contexto, orientadas para as meninas. Destina-se a orientar as ações da UNICEF em todo onexo humanitário, de desenvolvimento e paz, refletindo a ampla gama de trabalho programático e técnico com parceiros em mais de 190 países e territórios.

A estratégia foca em três áreas principais:

1. Promoção da saúde, nutrição e saúde mental de meninas adolescentes; saúde sexual e direitos reprodutivos; prevenção, cuidados e tratamento de HIV e AIDS; e acesso a informações de saúde e higiene menstrual de qualidade.
2. Promover o direito de meninas adolescentes a educação de qualidade para aprendizagem, inclusive por meio de habilidades e oportunidades de construção, orientação e coaching - dentro e fora das escolas - para ajudar meninas adolescentes na transição para um mundo do trabalho seguro, satisfatório e equitativo.
3. Proteger cada adolescente da violência, exploração e abuso – online e offline – e prevenção de práticas nocivas, como mutilação genital feminina, casamento infantil e precoce.

Por que este plano é importante? E por que se deve focar em adolescentes e jovens mulheres?

- Globalmente, 15% das mulheres jovens de 20 a 24 anos tornam-se mães antes dos 18 anos.

- Quase o dobro do número de adolescentes meninas de 15 a 19 anos em comparação com os meninos não estão em nenhuma forma de educação, emprego ou treinamento.
- Três quartos das novas infecções por HIV entre adolescentes na África Subsaariana ocorrem entre as meninas.
- Nos países menos desenvolvidos, meninas de 10-14 anos são duas vezes mais prováveis que os meninos da mesma idade para gastar 21 ou mais horas em tarefas domésticas por semana.
- Estima-se que 30% das adolescentes são anêmicas.
- As mulheres representam menos de 30% da força de trabalho global em ciência, tecnologia, educação e matemática.
- Cerca de 12 milhões de meninas a cada ano se tornam noivas crianças, e cerca de 10 milhões adicionais de meninas estão em risco de casamento infantil nos próximos dez anos devido aos impactos da COVID-19.
- Quase 1 em cada 4 meninas adolescentes de 15 a 19 anos casada/em uma relação marital já sofreu violência física ou sexual de um parceiro íntimo pelo menos uma vez em sua vida.

As prioridades desta estratégia abordam alguns dos maiores e urgentes desafios que as adolescentes enfrentam em três áreas principais de enfoque: saúde e nutrição; educação e aprendizagem; e proteção. Essas prioridades devem necessariamente ser personalizadas para o contexto local à medida que a estratégia é implementada.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

## **ONU e ONU Mulheres - Conselho de Segurança analisa papel das Mulheres em acordos de paz**

O Conselho de Segurança se reuniu para a sessão anual sobre mulheres, paz e segurança. O debate faz parte da agenda do Gabão e contou com a participação de Amina Mohammed, vice-secretária geral e Sima Bauhaus, diretora executiva da ONU Mulheres. A reunião deste ano ocorre em um momento em que a segurança global – e o papel desempenhado pelas mulheres na promoção e manutenção dela – está se deteriorando.

### **Representatividade feminina nos acordos de paz**

A importância da presença feminina na construção de sociedades mais resilientes e no desenvolvimento sustentável, bem como a inserção de políticas de gênero nos acordos de paz foi destacada por Amina Mohammed durante o encontro. Ela pontuou que entre 1995 e 2019, a porcentagem de acordos de paz com cláusulas de igualdade de gênero aumentou de 14% para 22%. No entanto, quatro em cada cinco documentos ainda ignoram a pauta. Também ressaltou-se a escassez de presença feminina nos altos níveis de tomada de decisão.

No mesmo período, segundo os dados apresentados por Mohammed, as mulheres constituíam, em média, apenas 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários

nos principais processos de paz. 70% dos processos de paz ainda não incluem mediadoras ou signatárias.

#### Cinco ações para a próxima década

O relatório publicado pela ONU aponta cinco ações para a próxima década sobre os direitos das mulheres. António Guterres, secretário-geral da ONU, pediu prioridade para a proteção das mulheres defensoras dos direitos humanos, que enfrentam crescentes ameaças, represálias e violência. No texto, ele aponta essas corajosas mulheres na vanguarda da agenda de mulheres, paz e segurança.

Amina Mohammed encerrou seu discurso pedindo total paridade de gênero, recomendando o uso de cotas especiais para acelerar a inclusão de mulheres, além do monitoramento eleitoral, reforma do setor de segurança, desarmamento, desmobilização e sistemas de justiça. Ela avalia que, no atual cenário com conflitos e crises, é necessário buscar estratégias para a paz e a estabilidade. “Proteger os direitos das mulheres e promover a inclusão das mulheres é uma dessas estratégias”, concluiu.

Em seu discurso, Sima Bahous, destacou três áreas apresentadas no relatório do secretário-geral: proteger e empoderar as mulheres defensoras dos direitos humanos, garantir o lugar das mulheres nas negociações de paz e financiar o envolvimento das mulheres na paz e na segurança.

Segundo dados da ONU Mulheres, em 2021, 29 defensoras de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas foram mortas, embora se acredite que os números reais sejam muito maiores. Também há ampla evidência de que os acordos de paz são mais sustentáveis quando as mulheres estão à mesa, mas a porcentagem de mulheres nas negociações de paz está diminuindo. Em 2021, a representação das mulheres nos processos de paz liderados pela ONU foi de 19%, menor que em 2020, que foi de 23%.

Paridade na ONU - O relatório do secretário-geral da ONU sobre paridade de gênero também afirma que a agência continua empenhada em alcançar as metas de paridade em todo o sistema.

Guterres avalia que um progresso significativo foi feito em aplicar a liderança feminina. Em julho de 2022, quase metade dos cargos de liderança sênior foram ocupados por mulheres, embora elas ainda ocupem mais cargos de vice-chefes de missão (57%) se comparadas aos cargos de chefes de missão (35%).

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para acessar o discurso completo de Sima Bahaus, [clique aqui](#). Para acessar a gravação da reunião, [clique aqui](#).